

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 16ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

6 – MANIFESTAÇÕES

7 – REQUERIMENTOS APROVADOS

8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 – ERRATA



ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/6/2025

Presidência do Deputado Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras da Deputada Carol Caram – Entrega de Título – Palavras do Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Tadeu Leite – Carol Caram – Roberto Andrade.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 19h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro, concedido a requerimento da deputada Carol Caram, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. conselheiro Rodrigo Badaró Almeida de Castro, membro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Paulo de Tarso Moraes Filho, procurador-geral de Justiça do Estado; desembargador federal Flávio Boson Gambogi, representando o presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, desembargador federal Vallisney Oliveira; desembargador Júlio César Lorens, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; deputado federal Lafayette de Andrada; e Sérgio Leonardo, procurador-geral da OAB Nacional e conselheiro federal da OAB, Seção Minas Gerais; e a Exma. Sra. deputada Carol Caram, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do Sr. Sanders Barão Alves Augusto, secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais; da Sra. Cristina Andrade Melo, procuradora do Ministério Público de Contas de Minas Gerais; da Sra. Flávia Araújo Badaró, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais; do Sr. João Paulo Menna Barreto, secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte; do Sr. desembargador José Arthur Filho, ex-presidente do TJMG; do vereador Adalberto Marques, de Setubinha; do Sr. Daniel Nepomuceno, ex-presidente do Clube Atlético Mineiro; do Sr. Paulo Haddad, assessor de Relações Institucionais, representando o TRT da 3ª Região; da Sra. Larissa Rodrigues Amaral, presidente da Associação Mineira do Ministério Público de Minas Gerais; do ex-deputado Bilac Pinto; do ex-deputado federal Fábio Ramalho; do desembargador Marcos Lincoln dos Santos, 1º-vice-presidente do TJMG; e do desembargador Gilson Soares Lemes, ex-presidente do TJMG. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Carol Caram

Boa noite a todas e a todos. Hoje é um dia de muita alegria, um dia muito especial. Quero saudar o meu presidente Tadeu Martins Leite, que tem feito um trabalho incansável por Minas Gerais. Tadeu, é a primeira vez que eu subo a esta tribuna com você presidindo os trabalhos. Sempre há desafios à nossa frente, e você correndo atrás para que tenhamos cada vez mais informação e mais conhecimento dentro deste Parlamento. Eu falei, na minha entrevista para o jornal *O Tempo*, que você é um maestro desta Casa. Você nos conduz com muito carinho, muita democracia, e é, para mim, uma das grandes lideranças do Estado de Minas Gerais. É uma honra ser liderada por você.

Quero saudar o nosso conselheiro, o homenageado desta noite, Rodrigo Badaró. Eu vou falar um pouquinho sobre você, Badaró, já, já. Quero saudar também o nosso presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, porque todas as vezes que nós, parlamentares, vamos até o tribunal, junto com os nossos prefeitos, com as lideranças, somos muito bem recebidos. Você é uma pessoa que realmente entende a necessidade de ouvir o povo mineiro. Isso realmente refaz a democracia e a faz cada vez mais forte. Cumprimento o nosso procurador-geral de Justiça, meu amigo Paulo de Tarso. Paulinho, que alegria estar com você nesta noite, no dia do seu aniversário! Parabéns! Seja bem-vindo à Casa do povo mineiro. Aqui você sempre será o nosso Paulinho. Quero saudar ainda o nosso amigo Flávio Boson, representando o nosso Tribunal Regional Federal da 6ª Região; o

desembargador Júlio César Lorens, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Deputado Federal Lafayette de Andrada, representando a nossa Câmara Federal, os nossos 53 deputados federais de Minas Gerais; o nosso eterno presidente Sérgio Leonardo, que agora está como procurador-geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Deixou-nos – não é, Sérgio? – para poder fazer com que a advocacia mineira seja cada vez mais forte na nossa Capital nacional. Estamos com saudades de você.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ilustres convidados, familiares e amigos do nosso Rodrigo Badaró aqui presentes, é com grande honra e profunda emoção que damos início a esta reunião especial na qual esta Casa Legislativa tem a nobre missão de reconhecer e celebrar sua trajetória de compromisso com a justiça, a ética e o bem público. Hoje concedemos o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao distinto advogado e servidor público Rodrigo Badaró Almeida de Castro. Nascido em Richmond, nos Estados Unidos, Rodrigo Badaró é mineiro de coração e de ação. Formado pela Faculdade de Direito Milton Campos, com pós-graduação em direito econômico e das empresas, pela Fundação Getúlio Vargas, Badaró acumula mais de duas décadas de carreira dedicada à advocacia e à defesa intransigente do Estado Democrático de Direito. Como advogada, representante da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia nesta Casa e alguém que sempre acompanhou de perto a sua trajetória, Badaró, para mim, é motivo de especial alegria participar desse reconhecimento tão merecido.

Tenho plena consciência do valor e do impacto que a sua atuação representa para a advocacia, para o sistema de Justiça e para a democracia do nosso Brasil. Com esta homenagem, estamos corrigindo uma falha do destino: você não ter nascido em Minas Gerais efetivamente. Afinal, o Rodrigo é casado com uma mineira, a Luciana, sua companheira de vida e inspiração, o que reforça ainda mais os seus laços com o nosso Estado de Minas Gerais e o profundo apreço à família, que tanto contribuiu para que os mineiros e as mineiras de longas gerações tenham orgulho de fazer parte da sua história. Sua trajetória é marcada por uma atuação firme em defesa das prerrogativas da advocacia e pela luta contra o abuso no sistema de Justiça. Não por acaso, foi indicado pelo Senado Federal e empossado neste ano de 2025 como membro do Conselho Nacional de Justiça, instituição central para o fortalecimento e a transparência do Judiciário brasileiro. Rodrigo Badaró representa uma nova geração de líderes jurídicos comprometida com o equilíbrio institucional, com a democracia e com os valores republicanos. Como ele mesmo reafirmou em sua posse, “não há ninguém acima da lei, nem o mais poderoso político, nem o mais poderoso procurador ou promotor”. Essas palavras ecoam o espírito republicano e reforçam o seu compromisso com a justiça imparcial e acessível a todos os cidadãos; essas palavras são fundamentais para que a gente consiga fortalecer a democracia e o Estado, que são, muitas vezes, por elas deturpados.

Seria impossível falar do Rodrigo Badaró sem lembrar das suas origens e da força simbólica do seu sobrenome. Rodrigo é neto do ex-senador Murilo Badaró, mineiro ilustre que honrou este estado com uma carreira política e intelectual das mais notáveis. Murilo foi deputado federal, senador da República, jornalista, advogado e membro da Academia Mineira de Letras, com uma atuação marcada pela cultura, pela ética e pelo compromisso com o desenvolvimento deste país. Seu legado é fonte de inspiração para as gerações que o sucedem. Rodrigo herdou do seu avô o compromisso com a vida pública digna, com a moderação, com a ponderação e com a integridade, qualidade que o conduziu à posição de destaque que hoje ocupa no cenário jurídico nacional. E nada mais igual do que nós, mineiros, não é, Rodrigo Badaró? Badaró é atleticano de coração – talvez seja o defeito dele, não é? –, o que reforça ainda mais a sua conexão com Minas Gerais. Essa paixão pelo time e pelas suas raízes demonstra ainda mais a sua identificação genuína com o nosso estado e com os valores de garra e luta. Rodrigo Badaró não apenas honra sua família e sua profissão, mas também engrandece o nome do Estado de Minas Gerais por onde passa. Por isso, esta homenagem que prestamos hoje não é apenas um reconhecimento à sua carreira, mas um agradecimento por tudo o que representa em termos de ética, coragem e compromisso com o bem comum. Que esse título, Badaró, simbolize não o ponto de chegada, mas o marco na bela trajetória que com certeza renderá muitos frutos para a Justiça mineira e brasileira, em especial para todos os mineiros e mineiras. Agora eu falo como sua amiga: amigo da minha família, do Mateus, que está aqui presente, e de todas essas pessoas que hoje lotam o Plenário da Casa do povo mineiro, seja bem-vindo, como filho do Estado de Minas Gerais. Parabéns! Você merece!

Entrega de Título

A locutora – O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e a deputada Carol Caram farão a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Rodrigo Badaró, conselheiro do CNJ. A placa contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado, atendendo a requerimento de autoria da deputada Carol Caram, promulgado pela Resolução nº 5.637, de 29 de maio de 2025, concede ao Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro o título de Cidadão Honorário do Estado pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.”.

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Boa noite a todos e a todas. Estou realmente emocionado. Deputada Carol, agradeço-lhe. Pedi a autorização do presidente Tadeu Leite para pular a nominata, porque hoje, no CNJ, há até uma resolução que impede qualquer um de repetir as nominatas. Mas queria, antes de mais nada, agradecer a todos que estão aqui, dedicando um pouquinho do seu tempo a esta homenagem tão importante para mim. Já aproveito para convidar todos a irem à Casa do Porto, depois da homenagem. Querendo ou não, a gente vai ter mais alegria depois.

Eu trouxe um papel, Carol, porque estou tão emocionado, que realmente não poderia cometer o deslize de falar de improviso. Até gosto bastante de fazê-lo, mas aqui não vai dar. (– Lê:) A minha paixão e meu maior segredo. Cumprimento todos os presentes, dispensando a nominata já citada. Hoje o meu maior segredo foi desvendado: não sou mineiro. Nessa travessia no mundo do direito, regozijo-me de ter chegado aos órgãos máximos da advocacia do Ministério Público e do Judiciário, como conselheiro federal da OAB Nacional, como conselheiro nacional do Ministério Público e, agora, como conselheiro nacional de Justiça. Agradeço a Deus, à minha família e a todos que me ajudaram. Lembrando Hemingway, segundo o qual a gratidão é o único tesouro dos humildes, rendo-me também eternamente à gloriosa Minas Gerais.

Desta tribuna, emocionado-me, lembrando que tive meu avô como deputado estadual, tendo sido nesta Casa líder do governo e oposição. Da tribuna deste parlamento, proferiu seu antológico discurso Protesto de uma Geração, quando da cassação de Juscelino Kubitschek – que dá nome a este honrado Plenário – em 1964. Com esse simples trecho, lembra-nos da claridade cívica do mineiro: “Punir em nome de provas que não foram apresentadas ao povo um homem da estatura e da envergadura de Juscelino Kubitschek é um ato que a nação não aceita, porque fere não só os partidos políticos, que são as primeiras vítimas deste processo, mas também a cada um de nós, a cada pai de família, a cada homem brasileiro. No senso comum, um elevado sentimento de justiça”.

Estando na Casa do povo mineiro, lembro-me também do meu bisavô, Francisco Badaró Júnior, que também como deputado estadual participou da Constituinte de 1914, e de meu tataravô, Francisco Badaró, que foi deputado federal na delegação de Minas Gerais na primeira Constituição da República, em 1891.

O destino me fez viver Minas, respirar Minas, estudar em Minas, encontrar o amor da minha vida, Luciana, em Minas, aprender a respeitar e a conhecer sua história, que é a minha e a da minha família.

Vindo para cá, um filme passou na minha cabeça, lembrando-me de quando subi a Avenida Agulhas Negras em direção ao meu Colégio Zilah Frota – há muitos queridos amigos aqui –, no pé da bela Serra do Curral. Lá fiz meus amigos de sempre, e muitos deles estão aqui, no Plenário. Do alto da montanha que é símbolo de BH e a qual já escalei algumas vezes em peripécias juvenis, já sonhava em seguir os passos de meus antepassados.

Na infância e na juventude, lembro-me do Minas Tênis Clube, onde vivíamos momentos únicos praticando inúmeros esportes, e da emoção das idas ao Mineirão, estimulado pelo grande Reinaldo – Rei –, que aqui se encontra presente, com quem tive a honra de conviver e entrar ao lado no campo várias vezes, diante da relação existente entre as famílias na época.

As brincadeiras no Parque Julien Rien – temos amigos aqui do Parque Julien Rien –, na Avenida Bandeirantes, e os campeonatos de boliche vendo a campeã Léa... As festas no Belvedere, no Mangabeiras e no Automóvel Clube, das quais éramos frequentadores, convidados ou não, em inúmeras comemorações.

Subindo de novo as montanhas, respiro como se fosse hoje o ar gelado que vinha das grandes janelas da faculdade Milton Campos, minha *alma mater*. Do diretório acadêmico ao PFL Jovem, com ímpeto da idade, pensava no direito e na política.

Sempre buscando, de certa forma, sustentar-me – e amadurecendo –, comecei a trabalhar assim que entrei na faculdade, nunca deixando de lado os estudos. Da venda de seguros de saúde a adesivos sinalizadores, aprendi a ser adulto no Tribunal de Contas de Minas Gerais, graças à bondade do querido presidente Murta Lages, sendo depois moldado no respeitado escritório Azevedo Sette – infelizmente, perdemos o Dr. Ordélio alguns dias atrás.

Pelo escritório, voltei a Brasília em 2001 e lá construí, na advocacia militante, um caminho profissional, permanecendo com a alma de Minas ao lado da minha amada esposa Luciana, que também é mineira.

Olhando para o interior das Gerais, os sentimentos explodem ao lembrar-me da Lagoa de Furnas margeando nossa fazenda Capão Seco, em Formiga, da avó Lucy, e de toda a família, hoje incompleta pela perda recente e dolorosa de minha mãe.

Minas Novas, a fotografia histórica dos meus antepassados, e o casarão da família dos idos de 1700 me fazem meditar o quanto aprendi a ser mineiro e a valorizar o passado, escutando todos os dias lições sobre política, sociologia e humanismo que circundam nossa terra.

Como dizia o Alceu Amoroso Lima, em *Voz de Minas*, o nosso povo é aquele “que não desperdiça gestos e muito menos palavras”. A exploração histórica dos colonizadores trouxe certo confinamento e receios.

E, quando rascunha, o mineiro Aníbal Machado acerta ao afirmar: “Que nunca se precipita, para não passar vexame de recuar depois. Se evita fazer afirmações, é para expor-se menos às contradições. Nunca se espalha, silencia, concentra-se. Raramente dizendo ‘sim’ ou ‘não’ categóricos, prefere o ‘vamos ver’ reflexivo, é relutante em confiar; sem reserva quando confia”.

O espírito revolucionário do mineiro é controlado. Aí a maior virtude: a cadência da paixão e prudência. E, como dizia Murilo Badaró: “Enquanto outros locais, próximos ou distantes, há relevos abruptos e agressivos, em Minas a montanha transmite a sensação de amena majestade”.

Desculpem-me pelo tom pessoal, mas necessário para eu mesmo relembrar sempre a minha identidade com este estado. Ao receber esse título, graças ao gesto carinhoso da atuante deputada Carol Caram, líder mulher que floresce com esplendor na nova safra política, agradeço a todos os deputados e deputadas pela honraria que, de certa forma, me completa como cidadão. Por mais que seja mineiro no espírito, tente ser nos hábitos e nos gestos. O destino me fez ter um *jus soli* estrangeiro. O sotaque carrego orgulhoso como uma farda pomposa de identificação regional, matando de inveja muitos não mineiros.

Entre não brigar e não fazer as pazes, entre agir quando convocado e refletir quando acuado, acordo todos os dias tentando exercer a arte dos mineiros, pois a modéstia deve ser quebrada ao recordar que somos todos, presidente, Carlos Drummond e Guimarães Rosa, somos todos Adélia Prado, somos Galo, somos Milton Campos, Milton Nascimento, Clube da Esquina, JK, Tancredo Neves, José Maria Alkmin, Itamar Franco, Capanema, Bilac Pinto, Pedro Aleixo e muitos outros que no passado gravaram o nome de Minas na história política nacional.

Emocionado, digo com ênfase: hoje é um dia que ficará gravado para sempre em minha memória. E volto para Brasília com o espírito renovado e energizado pelo glorioso povo das montanhas. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Mais uma vez, o meu boa-noite a todas e todos. Cumprimento o querido amigo Rodrigo Badaró, nosso homenageado nesta noite, membro do Conselho Nacional de Justiça. Acredito que, pelo seu discurso, ficou evidente, claro e cristalino para todos nós os

motivos de estarmos dando neste momento o título de Cidadão Honorário a V. Exa. Porém, quero primeiramente cumprimentá-lo e agradecer a presença do senhor aqui hoje neste evento tão importante, nesse dia tão importante, talvez, de certa forma, claro e marcante para a história de V. Exa., mas também para a história do Parlamento mineiro. Da mesma forma quero cumprimentar a querida amiga deputada Carol Caram, autora do requerimento, uma deputada que chegou à Assembleia no início deste ano, mas que vem trazendo grandes e importantes contribuições para este Parlamento e para o Estado de Minas Gerais pela sua atuação, pela sua firmeza e especialmente pelo seu espírito de contribuição para todos os 21 milhões de mineiros. Parabéns! Sou muito honrado de ser seu colega nesta legislatura na Assembleia de Minas; o querido presidente do nosso Tribunal de Justiça, o desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior. É muito bom revê-lo e recebê-lo aqui no Parlamento mineiro. Por meio de sua pessoa, cumprimento todo o Poder Judiciário presente nesta noite de hoje; o aniversariante do dia e da noite, querido amigo Paulo de Tarso, procurador-geral de Justiça. Também é muito bom revê-lo e aproveito a oportunidade para pedir a Deus que te ilumine nesse novo ano que inicia agora no dia do seu aniversário. Por meio de V. Exa. também quero cumprimentar todo o Ministério Público presente na noite de hoje; o desembargador federal Flávio Boson, representando aqui o nosso Tribunal Regional Federal da 6ª Região. É muito bom revê-lo também mais uma vez; o desembargador Júlio César Lorens, presidente do nosso Tribunal Regional Eleitoral, que inclusive tomou posse na última sexta-feira. Mais uma vez, parabeno-o e desejo-lhe muito boa sorte nesse novo desafio, que, tenho certeza, V. Exa. vai tirar de letra. Cumprimento o querido amigo que foi meu colega neste Parlamento e hoje é nosso deputado federal, representando a Câmara Federal, o deputado Lafayette de Andrada – é bom recebê-lo e revê-lo. Da mesma forma, o querido amigo procurador-geral da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Nacional – e do Conselho Federal da OAB, Seção Minas Gerais, Sérgio Leonardo – é muito bom recebê-lo aqui, e parabeno-o pelo trabalho que faz e que fez à frente da nossa Ordem, aqui em Minas Gerais. Por meio de V. Exa., quero cumprimentar também todos os advogados e todas as advogadas presentes na noite de hoje. Na pessoa do deputado Roberto Andrade, líder da Minoria, trago o abraço de todos os nossos 77 deputados desta Casa. Por fim, cumprimento o amigo Fábio Ramalho, ex-deputado federal; o ex-deputado estadual e deputado federal Bilac Pinto; e as senhoras e os senhores.

A história do Judiciário demonstra que a valorização do direito, quando aliada ao compromisso com a justiça, forma juristas e advogados capazes não só de defender e representar, mas também zelar pela integridade de bens e direitos na aplicação da lei. A Justiça é de fato a última proteção dos nossos direitos, a porta à qual batemos quando todas as outras se fecham. E essa afirmação encontra um testemunho evidente na carreira do querido amigo Dr. Rodrigo Badaró. Portanto é com grande honra que prestamos, nesta noite, uma justa homenagem ao homem cuja trajetória dignifica não apenas a sua profissão, mas também os valores que todos nós, mineiros e mineiras, prezamos: a ética, o compromisso com a justiça e o respeito pelo ser humano.

Ao conceder o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, a pedido da querida amiga deputada Carol Caram, esta Casa faz um reconhecimento formal de que você já é, por descendência e desde os tempos da Faculdade Milton Campos, um de nós. A partir de agora, Minas não é apenas a terra de seus antepassados; é agora oficialmente a sua terra também. Nascido nos Estados Unidos – como ele já trouxe para todos nós –, é homem de raízes plantadas em solo mineiro, onde nutre seus vínculos familiares essenciais. O seu avô, o saudoso mineiro Murilo Badaró, perto de falecer, disse que não deixaria fortuna alguma, mas deixaria o nome honrado para os seus descendentes. Estou certo de que esse prenúncio se concretizou na jornada profissional do seu neto, marcada pela competência técnica, pela integridade e, sobretudo, pelo compromisso com a justiça e com os valores democráticos.

Reafirmando ainda mais seu vínculo com Minas Gerais, arrisco-me a dizer que as palavras do nosso poeta Carlos Drummond de Andrade, que disse que “a justiça é um dos poucos bens que nos elevam à condição de humanos” lhe sirvam como guia e ecoem sua trajetória. Trajetória essa exercida de modo tão exemplar que lhe valeu, entre outros méritos, a indicação recente do Senado Federal ao posto de membro do Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de cidadão notável saber jurídico e reputação ilibada. Sua atuação não conhece limites geográficos. É reconhecido nacionalmente e vem prestando uma contribuição inestimável para o aprimoramento das principais instituições jurídicas do nosso país, sempre com o olhar atento de quem acredita no diálogo, no equilíbrio e no aprimoramento do sistema da Justiça.

Rodrigo Badaró, por tudo isso, celebramos hoje a sua história, o seu talento e o seu vínculo com o nosso estado. Receba este título como um abraço coletivo do povo mineiro. Que a sua jornada siga firme, inspirando tantos outros que, como você, acreditam que o direito deve ser uma ponte para a justiça. Este estado, que já era seu de coração, agora é também seu de direito. E isso nos honra profundamente. Parabéns ao novo cidadão honorário do nosso Estado de Minas Gerais, Rodrigo Badaró. Um abraço a todos e sejam sempre muito bem-vindos ao Parlamento mineiro! Mais uma vez, muito obrigado a todos pela honrosa presença nesta noite de hoje.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária, de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/6/2025

Às 15h14min, comparecem à reunião a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Luizinho e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Luizinho, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 15/5/2025: ofício do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.714/2024, no 1º turno (deputada Delegada Sheila), Projetos de Lei nºs 1.386/2023, no 2º turno, 2.396 e 2.503, no 1º turno, 3.025 e 3.187/2024, e 3.256/2025, em turno único (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.386/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado Luizinho, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.021, 3.025 e 3.187/2024; e 3.256/2025, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.382, 11.390, 11.391, 11.394 a 11.397, 11.399, 11.474, 11.551, 11.640, 11.641, 11.655 e 11.678/2025. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.684, 2.782 e 3.036/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.344/2025, da deputada Lud Falcão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações acerca do andamento das obras previstas na concessão do Lote 1 – Triângulo Mineiro de rodovias estaduais, consubstanciadas no cronograma original de investimentos da concessionária, no último relatório técnico-operacional, físico e financeiro e na programação mensal de obras e serviços, com a indicação das obras já realizadas e da ocorrência de atraso efetivo, se houver; e da contratação do verificador independente previsto no contrato de concessão, com o envio de seus relatórios ou dos relatórios próprios das ações de fiscalização sobre as obras executadas, caso o verificador não tenha sido contratado;

nº 14.360/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre as medidas que o órgão de que é titular vem adotando para garantir o cumprimento, em favor de Minas Gerais, das

disposições do §1º do art. 66 da Lei Federal nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021 (Lei das Ferrovias), que determina a aplicação de pelo menos metade dos recursos provenientes das outorgas e das indenizações ferroviárias em projetos dos entes federados, proporcionalmente à extensão da malha ferroviária que os originou, e cujo descumprimento tem sido deletério para a infraestrutura, logística, mobilidade e segurança viária do Estado; e sobre a justificativa para ausência de ações que busquem o cumprimento da lei, caso não tenham sido efetuadas providências com esse fim;

nº 14.475/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja colocada sinalização adequada nos trechos da obra de recapeamento da Rodovia MG-424, especialmente entre os Municípios de Capim Branco e Pedro Leopoldo, salientando-se que as condições instáveis de trafegabilidade da pista têm levado ao aumento do número de acidentes nesses trechos, sobrecarregando o sistema de saúde pública dos municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH;

nº 14.530/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de obras de manutenção da Rodovia MG-211, incluindo a capina da margem, entre o Município de Novo Cruzeiro e o entroncamento com a BR-116, no Município de Catuji, pois a situação precária dessa rodovia, com baixa visibilidade, vem provocando graves acidentes;

nº 14.556/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada manutenção asfáltica na Rodovia AMG-3010, em Argirita, tendo em vista a existência de grandes buracos nessa rodovia, que colocam em xeque a segurança de seus usuários;

nº 14.561/2025, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. em Belo Horizonte, à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao Ministério dos Transportes pedido de providências para a implantação de vagão-bike, vagão especial para transporte de bicicletas montadas, no trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, conforme discutido com a ANTT quando da renovação da concessão;

nº 14.562/2025, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Diretoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e à Presidência da Vale S.A. em Belo Horizonte pedido de informações sobre o cronograma de ampliação de horários do trem de passageiros na Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, conforme discutido com a ANTT quando da renovação da concessão;

nº 14.566/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre a destinação dos recursos, estimados em R\$8.000.000,00, advindos da redução de padrão técnico de intervenções de segurança viária e redução de conflito urbano em municípios do Estado, conforme publicação do Ementário ANTT de 19/5/2025, e devidos ao Estado pelos termos contratuais da renovação antecipada da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM;

nº 14.567/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre as contrapartidas, no Estado, da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, que estejam vencidas, concluídas com ressalvas ou com notificação de conclusão com atraso, citando os motivos, individualmente, que justifiquem esses *status* de execução;

nº 14.568/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao presidente da Vale S.A. pedido de informações sobre as contrapartidas, no Estado, da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM – que estejam vencidas, concluídas com ressalvas ou com notificação de conclusão com atraso, especificando-se os motivos que justifiquem o *status* de execução de cada uma delas;

nº 14.569/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações consubstanciadas na relação das obras com os valores das contrapartidas das

renovações antecipadas das concessões da malha ferroviária da MRS Logística S.A. e da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, no Estado;

nº 14.570/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o estado atual e o cronograma de execução das obras e das demais contrapartidas advindas da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, especialmente aquelas constantes no caderno de obrigações anexo ao terceiro termo aditivo;

nº 14.571/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério dos Transportes – MTR –, à mineradora Vale e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o estado atual e o cronograma de execução das obras e das demais contrapartidas advindas da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, especialmente aquelas constantes no caderno de obrigações, anexo ao terceiro termo aditivo;

nº 14.572/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita à Coordenação de Fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – para obtenção de esclarecimentos sobre a execução e fiscalização das contrapartidas, no Estado, da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM;

nº 14.651/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – e à Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – Sumob – pedido de providências para que seja incluída, no âmbito das obras e reformas do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, em decorrência de seu processo de municipalização, a implantação de faixas preferenciais para motociclistas, com demarcação horizontal, indicações verticais e dispositivos de sinalização adequados, observando os parâmetros técnicos definidos pelo Sistema Nacional de Trânsito e órgãos competentes; sejam realizados estudos técnicos de viabilidade, impacto e segurança para a definição dos trechos mais adequados à implantação dessas faixas; e sejam promovidas campanhas educativas e de orientação à população sobre o uso correto dessas vias, com o objetivo de garantir a convivência harmônica entre todos os modais de transporte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2025.

Professor Wendel, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/6/2025

Às 11h7min, comparecem à reunião os deputados Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Adriano Alvarenga, membros da comissão em epígrafe. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.662/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com José Severiano Filho (*in memoriam*), conhecido como Seu Juquinha, ilustre integrante da Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, onde viveu por sete anos, vindo a falecer aos 101 anos de idade;

nº 14.663/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Araguari pedido de informações sobre os programas habitacionais em execução no referido município, detalhando-se a implementação do Reurb-S, os terrenos com vocação para construção de moradias populares e as famílias cadastradas em programas oficiais para aquisição de unidades habitacionais e apresentando as ações previstas para regularização de ocupações, como a Ocupação Sewa;

nº 14.737/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições em que se encontram as mais de cem famílias que, desde 2011, ocupam a região denominada Vila Nova, no Bairro Olhos D'água, em Belo Horizonte;

nº 14.762/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU Habitat –, no Rio de Janeiro, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, ao Ministério Público Federal – MPF –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Defensoria Pública da União – DPU –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e à Prefeitura Municipal de Ibitiré o relatório de visita da comissão aos Bairros Jardim Ibitiré e Morada da Serra, no Município de Ibitiré, com a finalidade de verificar a situação do conflito fundiário entre a comunidade da Vila Morada da Serra e a empresa ferroviária MRS Logística, nesse município; e

nº 14.763/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja ouvida a Sra. Mariana Borel, arquiteta e gerente de Estratégias Institucionais do Projeto Arquitetura na Periferia, para falar sobre esse projeto de assessoria técnica voltado para a melhoria da moradia de mulheres residentes na periferia, por meio de um processo no qual são apresentadas metodologias e práticas utilizadas no desenvolvimento e na elaboração de projetos e obras.

A presidência destina a 3ª Fase da 2ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Mariana Barbosa Miranda Borel, arquiteta e gerente de Estratégias Institucionais do Instituto de Assessoria a Mulheres e Inovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2025.

Leleco Pimentel, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/6/2025, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 991/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a intenção do governo do Estado de alterar os

limites do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, em especial na porção oeste, que comporta a Bacia do Rio Paraopeba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.282/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os critérios utilizados pelo Poder Executivo para avaliar os limites com gastos de pessoal previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, especialmente em relação aos gastos com terceirizados ou contratados em substituição a pessoal efetivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.756/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre o recebimento da notificação sobre o cumprimento da sentença proferida no âmbito dos Autos nº 1.0000.16.050144-1/001 e sobre as providências tomadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.757/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o valor arrecadado com a cobrança de tributos e multas pelas instituições que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, com o detalhamento da destinação do valor excedente no ano de 2022 e de janeiro a junho de 2023. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.099/2023, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a realização, nas escolas estaduais, do evento denominado Dia D e sobre as temáticas abordadas nas palestras, *workshops*, oficinas e rodas de conversa desse evento, esclarecendo-se se a secretaria de que é titular tem conhecimento da utilização de músicas que fazem apologia às drogas, ao sexo livre e ao crime nas atividades realizadas no Dia D, em especial na Escola Estadual Guimarães Rosa, no Bairro Pindorama, em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.834/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre a adesão do Estado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, especificamente nas linhas de financiamento do Pronaf Mulher, do Pronaf Jovem e do Pronaf Agroecologia, indicando-se o número de participantes e os valores liberados e destinados em 2023 e 2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.800/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre estudos e cálculos, inclusive com o detalhamento dos fatores redutores ou amplificadores, decorrentes de descumprimentos ou cumprimentos de obrigações contratuais que eventualmente fundamentem os aumentos de tarifas do transporte metroviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.194/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o quantitativo do orçamento do Estado destinado às políticas públicas para as juventudes e o quantitativo executado no âmbito dessas políticas, especificando-se as ações e os projetos realizados nos últimos quatro anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.393/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as ressalvas ou medidas compensatórias apresentadas no Plano de Recuperação Fiscal às vedações dispostas no art. 8º da Lei Complementar Federal

nº 159, de 2017, e seus impactos na política remuneratória e nas carreiras dos servidores públicos do Poder Executivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.852/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o programa Alô Minas, consubstanciadas na relação de comunidades ou distritos que foram selecionados na Fase I desse programa e que não foram atendidos, esclarecendo-se o motivo do não atendimento e as providências que a secretaria de que é titular está tomando para contemplar essas localidades, principalmente na região do Vale do Jequitinhonha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.597/2024, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a avaliação e os resultados da execução da linha de cuidado para a prevenção e o tratamento do acidente vascular cerebral – AVC –, incluindo a reabilitação, nas unidades de AVC localizadas no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.820/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social, ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – e ao subsecretário de Política de Habitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre a não adesão do Estado ao programa Minha Casa, Minha Vida, esclarecendo-se o motivo dessa decisão e detalhando-se a utilização do Fundo Estadual de Habitação – FEH – e o número de moradias que foram construídas nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.864/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os recursos orçamentários destinados à promoção do empreendedorismo entre jovens no último triênio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.866/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as iniciativas educacionais voltadas à formação e capacitação de jovens para o empreendedorismo, especificando-se os cursos, as oficinas ou as disciplinas sobre empreendedorismo ofertados nas escolas e nas instituições estaduais de ensino, os indicadores de impacto de iniciativas desse tipo implementadas nos últimos anos e as perspectivas de ampliação de programas de educação empreendedora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.868/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre programas e iniciativas vigentes destinados a apoiar jovens empreendedores no Estado, consubstanciadas em documento contendo a relação de programas de financiamento ou microcrédito disponibilizados nos últimos cinco anos, com os respectivos critérios de legibilidade e alcance; dados relativos a parcerias com instituições privadas ou organizações não governamentais que ofereçam suporte aos jovens empreendedores; e metas estabelecidas para o fortalecimento do empreendedorismo jovem em 2024 e estratégias para alcançá-las. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.629/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os prazos para a troca de titularidade de contratos de fornecimento de energia elétrica e a existência de planos ou projetos voltados para a melhoria na realização dessa medida e a diminuição do prazo para sua efetivação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.675/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações consubstanciadas nos estudos e projetos e no cronograma de implementação das obras para complementação do sistema de esgotamento sanitário de Sarzedo, destacando-se os aspectos relativos à coleta e ao tratamento dos esgotos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.676/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o cronograma e as ações necessárias para implantação da quinta etapa do sistema de esgotamento sanitário de Ibitité, que vai permitir que a cobertura desse serviço, que garante o acesso a esgoto coletado e devidamente tratado, passe de 80% para 100% da população do município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.692/2025, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre a constante falta de abastecimento de água em Prata e a previsão de investimentos no município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 18/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.746/2024, do deputado Carlos Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.172/2024, do deputado Doutor Paulo; 3.210/2024, do deputado Neilando Pimenta; e 3.224/2025, do governador do Estado.

Requerimentos nºs 11.576/2025, do deputado Neilando Pimenta; 11.586/2025, da Comissão de Participação Popular; 12.043/2025, do deputado Doutor Paulo; 12.048/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 12.066/2025, da Comissão de Cultura.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.485/2023, do deputado Leleco Pimentel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/6/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.715/2024, do deputado Lucas Lasmar; 3.133 e 3.201/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/6/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.647/2024, da deputada Amanda Teixeira Dias.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 338/2019, do deputado Celinho Sintrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/6/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 18/6/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 18/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 13H30MIN DO DIA 18/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 18/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/6/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E
OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15
HORAS DO DIA 18/6/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 18/6/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/6/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2025, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 3.734 e 3.735/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2025.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Leandro Genaro, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as estratégias de combate ao trabalho infantil

no Estado, por ocasião do Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado em 12 de junho, a pedido da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2025.

Betão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2025, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.647/2024, da deputada Amanda Teixeira Dias, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 338/2019, do deputado Celinho Sintrocel, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os seguintes blocos afro e periféricos de Belo Horizonte: Afro Magia Negra, Orisamba, Afro Angola Janga, Seu Vizinho, Timbaleiros do Ghetto, Arautos do Gueto e Oficina Tambolelê.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2025.

Professor Cleiton, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.234/2024

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Mineira das Folias de Santos Reis, com sede no Município de Varginha.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Mineira das Folias de Santos Reis, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção dos direitos culturais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre seus objetivos, fomentar o desenvolvimento da cultura popular das folias de reis, prestar apoio técnico e administrativo aos grupos e promover as festividades relacionadas às folias como patrimônio cultural do Estado.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.234/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2025.

Oscar Teixeira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.172/2024

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Doutor Paulo, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a denominação de Escola Estadual Professora Célia Regina Leal à Escola Estadual de Ensino Médio, situada na Avenida Luiz Gonzaga Nunes Maia, s/nº, Bairro Shangrilá, Pouso Alegre.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. A primeira delas examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.172/2024 tem por objetivo atribuir à escola estadual de ensino médio situada na Avenida Luiz Gonzaga Nunes Maia, no Bairro Shangrilá, Município de Pouso Alegre, a denominação de Escola Estadual Professora Célia Regina Leal.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao proceder à análise preliminar da matéria, manifestou-se favoravelmente quanto à sua constitucionalidade, observando que a iniciativa está em conformidade com a competência normativa do Estado no que tange à designação de bens públicos. Não foram identificados impedimentos jurídicos à regular tramitação da proposição. Entretanto, foi apresentada a Emenda nº 1, com o objetivo de promover ajustes de redação no art. 1º do projeto.

Instada a se pronunciar sobre a matéria, a Secretaria de Estado de Governo encaminhou a Nota Técnica nº 3/2025, da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, na qual esta se manifesta favoravelmente à denominação proposta, por estar em

consonância com a escolha feita de forma participativa e democrática pela comunidade escolar. A SEE ressaltou, ainda, que não há, no município, outro bem público com a mesma denominação.

A escolha do nome Professora Célia Regina Leal foi aprovada por 90% dos votantes do colegiado escolar, conforme registrado em ata da reunião do colegiado realizada 6/12/2023 que foi apresentada pelo autor da proposição. Essa escolha é uma importante forma de reconhecimento à sua trajetória como educadora exemplar. Sua atuação foi marcada pelo compromisso com o ensino, pela retidão de caráter e pela dedicação integral à formação de seus alunos, sendo amplamente reconhecida pela comunidade como figura de referência ética e pedagógica.

Assim, a denominação ora proposta traduz não apenas uma homenagem individual, mas também um gesto simbólico de valorização do magistério e da escola pública. Ao conferir à unidade de ensino o nome de Célia Regina Leal, o Estado reafirma seu compromisso com a preservação da memória de cidadãos que contribuíram significativamente para o fortalecimento da educação e para o desenvolvimento social do município de Pouso Alegre.

Conclusão

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.172/2024, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2025.

Beatriz Cerqueira, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.224/2025

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhado a esta Assembleia por meio da Mensagem nº 179/2025, o projeto de lei em epígrafe altera a denominação de escola estadual localizada no Município de Ipaba.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. A primeira delas examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O presente Projeto de Lei tem por finalidade atribuir a denominação de Escola Estadual José Nério da Silva à unidade escolar localizada na Rua dos Esportes, s/nº, Centro, no Município de Ipaba, em substituição à atual denominação, coincidente com a da unidade prisional à qual a escola é vinculada administrativamente.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao proceder à análise preliminar da matéria, manifestou-se favoravelmente quanto à sua constitucionalidade, observando que a iniciativa legislativa está em consonância com a competência normativa do Estado no que se refere à designação de bens públicos. Não foram identificados óbices jurídicos à regular tramitação da proposição.

Em apoio ao pleito, o Chefe do Poder Executivo encaminhou ata de Reunião Extraordinária realizada pelo colegiado da escola, na qual a presidente relatou que a mudança da denominação é uma reivindicação da comunidade escolar, motivada pelos constrangimentos enfrentados pelos alunos em razão da associação do nome da escola à unidade prisional homônima.

Adicionalmente, a Secretaria de Estado de Governo apresentou a Nota Técnica nº 6/2023, emitida pela Secretaria de Estado de Educação, manifestando-se de forma favorável à nova denominação. A referida nota técnica ressalta a pertinência da proposta e sua conformidade com a demanda da comunidade escolar, conferindo-lhe legitimidade e respaldo institucional.

A escolha do nome José Nério da Silva foi aprovada por unanimidade pelo colegiado escolar, conforme registrado em ata, como forma de reconhecimento à significativa contribuição do homenageado para o desenvolvimento agrário, educacional e social do município de Ipaba. Trata-se de figura de notável relevância local, cuja trajetória de vida é marcada por valores éticos, dedicação comunitária e sabedoria no trato com as pessoas, atributos amplamente reconhecidos pela população.

A nova denominação visa, portanto, não apenas corrigir um fator gerador de estigmatização para os alunos, mas também valorizar a memória de um cidadão cuja atuação deixou legado positivo e inspirador para a sociedade ipabense, alinhando-se aos princípios de dignidade, identidade cultural e valorização da história local.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.224/2025 na forma original.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2025.

Beatriz Cerqueira, relatora.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 17/6/2025, a comunicação do deputado Lucas Lasmar em que notifica o falecimento de Antônio Rita dos Santos, ocorrido em 4/6/2025, em Curvelo. (– Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o frei Gilvander Luís Moreira, o Sr. Carlos von Sperling Gieseke, geólogo popular, e o Sr. Henrique Lazarotti Oliveira, advogado popular, pelos serviços prestados em defesa da habitação no Município de Ibirité (Requerimento nº 11.647/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana);

de congratulações com a Sra. Gessiara Ester da Silva pelo seu trabalho na Comissão dos Desabrigados pelas Chuvas, em Ibirité (Requerimento nº 11.649/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana);

de congratulações com a empresa Aperam South America e com o Sr. Joel Lima, arquiteto, pela obra de arte *Galo Inox*, que insere Belo Horizonte na cena de grandes cidades contemporâneas que adotaram o inox como um manifesto à modernidade e à sustentabilidade na paisagem urbana (Requerimento nº 11.681/2025, do deputado Lincoln Drumond);

de congratulações com a vinícola Vale do Gongo pela medalha de prata conquistada no 3º Concurso Brasileiro de Vinhos de Mesa (Requerimento nº 11.683/2025, do deputado Rodrigo Lopes);

de congratulações com a vinícola Stella Valentino pelas medalhas de ouro conquistadas na Grande Prova Vinhos do Brasil, em abril de 2025, e no 3º Concurso Brasileiro de Vinhos de Mesa (Requerimento nº 11.684/2025, do deputado Rodrigo Lopes);

de congratulações com a vinícola Vinhos Beloto pela conquista da medalha de prata no 3º Concurso Brasileiro de Vinhos de Mesa (Requerimento nº 11.685/2025, do deputado Rodrigo Lopes);

de congratulações com a Casa Geraldo pelas medalhas de ouro conquistadas no 3º Concurso Brasileiro de Vinhos de Mesa (Requerimento nº 11.686/2025, do deputado Rodrigo Lopes);

de congratulações com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pela conquista do Prêmio Alide 2025, concedido pela Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento – Alide –, na categoria Produtos Financeiros (Requerimento nº 11.687/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com a Sra. Cida Gonçalves por sua notável atuação e empenho à frente do Ministério das Mulheres, que contribuiu para o avanço das políticas públicas voltadas à equidade de gênero e ao combate a diversas formas de violência contra as mulheres no País (Requerimento nº 11.775/2025, da deputada Ana Paula Siqueira);

de apoio à Sra. Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em razão da violência política de gênero que sofreu durante reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, ocorrida em 27/5/2025, quando por diversas vezes foi silenciada, interrompida, desrespeitada e ridicularizada por senadores, especialmente pelo senador Marcos Rogério, que silenciou seu microfone por inúmeras vezes (Requerimento nº 12.017/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com a Comunidade Evangélica Nova Vida pelo sucesso da realização do casamento comunitário e por toda a assistência prestada aos casais participantes do evento (Requerimento nº 12.038/2025, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o Sr. André Luiz Cândido Ribeiro, delegado de polícia; a Sra. Jéssica Rodrigues Cruz Gomes, subinspetora de polícia; os Srs. Rafael Chaia Martins e Vitor Manoel Duarte e a Sra. Fernanda Cristina Braga Pereira, investigadores de polícia; as Sras. Thalita Kaline Jacinto Alves de Souza e Kênia Carolina Martins de Souza, escrivãs de polícia da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Juatuba; o Sr. Manoel Raimundo da Silva Neto, investigador de polícia da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – em Juatuba; o 3º-Sgt. PM Paulo Fernando Ferreira, o 3º-Sgt. PM Abraão Júnior Silva Caixeta, o 3º-Sgt. PM Carlos Henrique Soares e o Sd. PM Layron Teixeira Araújo, do 3º Pelotão da 7ª Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, em Juatuba, pelo cumprimento de mandado de prisão preventiva e de busca e apreensão em virtude da prática de tráfico de drogas nesse município (Requerimento nº 12.039/2025, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Município de Betim pela inauguração do novo Centro de Tratamento de Idosos no município (Requerimento nº 12.044/2025, da Comissão de Saúde);

de congratulações com o Sr. Henrique Moraes Salvador Silva, médico e presidente do Conselho de Administração da Rede Mater Dei de Saúde, pelo recebimento da Medalha Thomé de Souza – Cidadão Honorário de Salvador, concedida pela Câmara Municipal de Salvador (Requerimento nº 12.045/2025, da Comissão de Saúde);

de congratulações com o Arquivo Público Mineiro pelos 130 anos de sua fundação (Requerimento nº 12.060/2025, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o diretor brasileiro Kleber Mendonça Filho pelo prêmio de melhor direção no Festival de Cannes, com o filme *O Agente Secreto* (Requerimento nº 12.061/2025, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Sr. Lori Figueiró por seu relevante trabalho à frente do projeto Guardiãs das Palavras Benditas, iniciativa que preserva, fortalece e reverencia os saberes ancestrais do benzimento, patrimônio imaterial tecido nas mãos e nas palavras de mulheres guardiãs da cura e da espiritualidade popular, e pela publicação do livro *Benedeiras do Jequitinhonha*, obra que eterniza memórias, práticas e histórias das mestras do Vale (Requerimento nº 12.062/2025, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Sra. Aline Ruas por seu relevante trabalho à frente do projeto Guardiãs das Palavras Benditas, iniciativa que preserva, fortalece e reverencia os saberes ancestrais do benzimento, patrimônio imaterial tecido nas mãos e nas

palavras de mulheres guardiãs da cura e da espiritualidade popular, e pela publicação do livro *Benedeiras do Jequitinhonha*, obra que eterniza memórias, práticas e histórias das mestras do Vale (Requerimento nº 12.063/2025, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Sra. Jussara Costa e o Sr. Diego Kelmann, produtores, e o Sr. Leandro Junior, artista plástico, pela exibição do documentário *Viúvas de Maridos Vivos* em mostra no Festival de Cannes, o maior e mais antigo festival de cinema do mundo (Requerimento nº 12.064/2025, da Comissão de Cultura);

de congratulações com os Srs. Alexandre Souza da Silva, Antônio Carlos do Santos, Antônio Ferreira, Bruno Fernando, Carlos Alberto Pereira da Costa, Edvaldo Junio Figueiredo Muniz, Elder Gomes dos Santos, Eliandro Crispim da Silva, Ezio Nogueira Graciano, Helton Vanderlei Moreira, Isaac David da Silva, José Eduardo Porto, José Nilson Francisco dos Santos, Mauro Enio Ferreira, Mauro Lúcio Santana Montanauro, Milton Junio Gomes do Santos, Oldak Ribeiro, Olicio Souza Santos, Regis Moreira Pinto, Ricardo Luiz Ferreira, Ricardo Teixeira da Silva, Robson Cesar Lisboa, Roberto Martins de Paula, Ronaldo Evangelista dos Santos, Roney Luiz Thiago, Roney Martins de Paula, Sergio José de Oliveira, Wanderson Valeriano de Azevedo, Wendel Graciano da Cruz, Lúcio Nei Ferreira de Souza, Jorge Luiz da Cruz, Nilson Antônio Pereira Lopes, Guilherme Antônio de Lima, Wanderley Januário Lisboa, Leônidas Souto Ferreira, Paulo Afonso Moreira, Raimundo Carlos Carlota, Charles Ferreira da Silva, Rafael Augusto Silva Santos, Hudson André do Nascimento Santos, Edson Lamartine Moreira, Wagner Perpétuo dos Santos, Michael Vieira Rosa e Ronildo André da Silva por suas inestimáveis contribuições para a preservação, valorização e transmissão da cultura afro-brasileira no Estado (Requerimento nº 12.067/2025, da Comissão de Cultura).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 11.382/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a instalação de sinalizadores e redutores de velocidade (quebra molas) na Rodovia MG 202, no trecho que liga o município de São Romão a Brasília de Minas, especificamente no trevo de acesso à cidade de São Francisco.

Requer ainda seja encaminhado ao referido órgão Ofício nº 10/2025 encaminhado pelo Verador Sólton Batista Cavalcanti Filho.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Marli Ribeiro (PL)

REQUERIMENTO Nº 11.390/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Agência

de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para a realização e a apresentação de estudo aprofundado sobre a viabilidade e os diferentes modelos de implementação da Tarifa Zero no transporte público intermunicipal e metropolitano de Minas Gerais, incluindo análise de impactos sociais, ambientais, econômicos e financeiros, incluindo alternativas de fontes de custeio.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.391/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para que seja realizado estudo sobre o impacto financeiro da precariedade da mobilidade para o Estado, bem como sobre a projeção dos potenciais ganhos econômicos e fiscais com investimentos estratégicos no setor.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.394/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a realização e a apresentação de estudos, levantamentos e estatísticas do número de vidas que são perdidas em decorrência da infraestrutura precária de transporte e do número de vidas que poderiam ser salvas por meio de maiores investimentos em mobilidade.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.395/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para a elaboração de planos e a alocação de recursos para incentivo, expansão e melhoria da infraestrutura para pedestres e ciclistas, como calçadas acessíveis, ciclovias e ciclofaixas, promovendo a mobilidade ativa e segura.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.396/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para a criação de um portal de transparência com acesso fácil e unificado a dados sobre investimentos, planejamentos, operações dos serviços e indicadores de qualidade relativos à infraestrutura de transporte e mobilidade no Estado; bem como para a criação de mecanismos permanentes de participação e controle social.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.397/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a realização e a apresentação de um plano de trabalho conjunto visando à melhoria da infraestrutura viária rural e da logística de escoamento da produção agropecuária no Estado, de modo a reduzir perdas e custos e garantir o acesso a alimentos.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.399/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida nos ônibus do sistema Move da RMBH.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.413/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento deste deputado, do deputado Rodrigo Lopes e da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Agência Nacional de Águas – ANA – e ao diretor-presidente da Fundação Renova pedido de informações atualizadas sobre a qualidade da água no Rio Doce e demais cursos hídricos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, a situação dos sistemas de abastecimento nas comunidades e o plano de monitoramento hídrico.

Essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, biênio 2025-2026.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2025.

Adalclever Lopes (PSD), presidente da Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.418/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento deste deputado, do deputado Rodrigo Lopes e da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – em Minas Gerais, ao presidente da Fundação Renova e ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 – pedido de informações sobre as ações de recuperação ambiental de recomposição da vegetação nativa, restauração dos cursos d'água, monitoramento de contaminação dos solos e rios, proteção da biodiversidade e sobre o cumprimento das metas de compensação ambiental previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, biênio 2025-2026.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2025.

Adalclever Lopes (PSD), presidente da Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 11.474/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a manutenção e alargamento da Rodovia MG 161, no município de São Romão.

Requer ainda seja encaminhado ao referido órgão o Ofício nº 8/2025 encaminhado pelo Vereador Sólton Batista Cavalcanti Filho.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2025.

Marli Ribeiro (PL)

REQUERIMENTO Nº 11.551/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Leleco Pimentel e das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 9/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Itabirito pedido de informações sobre o retorno de passageiros ao ramal ferroviário, bem como sobre o projeto do terminal rodoviário previsto para ser construído no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, tendo em vista o grande potencial turístico e de serviços, além do transporte de cargas e de commodities.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 4/7/2023, que teve por finalidade debater os impactos do porto a seco e das demais atividades de mineração nos Distritos de São Gonçalo do Bação e de Mangue Seco, em Itabirito, e região.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 2023.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.552/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Alencar da Silveira Jr. aprovado na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 9/8/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que não analise o pedido de EPIC/RIPC antes que seja concluído o processo de tombamento da Igreja do Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 4/7/2023, que teve por finalidade debater os impactos do porto a seco e das demais atividades de mineração nos Distritos de São Gonçalo do Bação e de Mangue Seco, em Itabirito, e região.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 2023.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 11.589/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que garanta o pleno e efetivo funcionamento da estação de tratamento de esgoto no Município de Rubim e para que implante o programa Pró-Mananciais nesse município.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.591/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-

MG – pedido de providências para que realize vistoria presencial nos sistemas de abastecimento de água e de esgoto no Município de Itamarandiba, uma vez que as fiscalizações anteriores foram feitas de forma indireta, prejudicando a efetividade do processo.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.592/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que interrompa o lançamento de esgoto sem tratamento no Córrego da Prata, localizado na comunidade São José do Prata, conhecida como Sacode, no Município de Almenara, uma vez que a poluição do córrego está comprometendo a saúde da população e causando a mortandade de peixes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.593/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que fiscalize a qualidade da água distribuída no Município de Jordânia e no Distrito de Estrela, tendo em vista as denúncias de que a água é salobra e está causando doenças de pele na população.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.595/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para assegurar a melhoria da qualidade da água distribuída no Município de Jordânia, tendo em vista as denúncias de que essa água é salobra e está causando doenças de pele na população.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.596/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para assegurar a melhoria da qualidade da água distribuída no Distrito de Estrela, tendo em vista as denúncias de que essa água é salobra e está causando doenças de pele na população.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.600/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para a operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas 56 comunidades do Município de Francisco Badaró que atualmente não possuem tais serviços, 20 destas atualmente abastecidas com caminhão-pipa, apesar de estarem contempladas no contrato de concessão; e sejam efetivadas novas ligações de água nesse município, conforme demanda.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento

Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.602/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que regularize o abastecimento de água nos Distritos de Lelivéldia e Palmital, no Município de Berilo.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.604/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que fiscalize o despejo irregular de esgoto no Rio Gravatá e seus impactos na comunidade Alfredo Graça, no Município de Araçuaí.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.605/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de estudos ambientais e hidrológicos na Barragem do Rio Setúbal, uma vez que, após a construção

da barragem, foram observados problemas relacionados aos parâmetros físico-químicos e biológicos da água do rio, incluindo altas concentrações de turbidez, de ferro e de coliformes, que comprometem o seu uso para consumo humano e atividades agrícolas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.608/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que adote medidas para solucionar os problemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Vale do Jequitinhonha e Mucuri, conforme relatos dos participantes da audiência pública realizada pela comissão no dia 8/5/2025; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.610/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que sejam verificados a qualidade e o fornecimento da água na comunidade Flor de Minas, situada no Município de Itaobim; na comunidade Encachoeirado, no Município de Padre Paraíso; e nas comunidades de Araçagi e Gissaras, no Município de Pedra Azul.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.611/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a ampliação da coleta e o tratamento de esgoto no Município de Limeira do Oeste, visando à diminuição das fossas nesse município.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.634/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que garantam um programa contínuo de monitoramento dos impactos potenciais no assoreamento da barragem e na qualidade das águas do Rio Calhauzinho, em razão do início das atividades da mineradora Atlas Lithium Corporation.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.635/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que realize estudos e intervenções urgentes voltadas ao desassoreamento da barragem do Rio Calhauzinho, no Município de Araucaí, visando garantir sua funcionalidade e a segurança hídrica das comunidades abastecidas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.636/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da empresa mineradora Atlas Lithium Corporation pedido de informações sobre os impactos negativos na barragem e na qualidade das águas na bacia do Rio Calhauzinho, em razão do processo de licenciamento ambiental do empreendimento minerário localizado a montante da barragem, em decorrência de solicitação de esclarecimentos de moradores das comunidades rurais e tradicionais da bacia do Rio Calhauzinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 8/5/2025, que teve por finalidade debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsac-MG – e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.640/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações sobre a instituição das faixas de domínio ferroviárias, as normas jurídicas que as regulamentam, esclarecendo-se se as referidas faixas são efetivadas unicamente com a aprovação, no âmbito do órgão, de projetos e plantas, ou se há necessidade de algum ato jurídico que importe em desapropriação, tal como um decreto de utilidade pública ou sentença judicial, e, em caso afirmativo, se há o dever de indenizar o particular proprietário do imóvel atingido e necessidade de levar a desapropriação ao registro, e ainda se há interesse em ações de reintegração de posse envolvendo moradias supostamente localizadas nas faixas de domínio das ferrovias.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.641/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – e ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre a evolução do conceito de faixa de domínio ferroviário, especificando-se se houve períodos em que não havia uma delimitação precisa desse conceito e quais períodos foram esses; se há períodos em que houve precária documentação e ausência de regularização cartorial da instituição das faixas de domínio ferroviárias; e se existe

fiscalização da conduta da concessionária MRS Logística S.A. relativamente à possível ocupação da faixa de domínio por edificações privadas em áreas nobres, com esclarecimentos sobre eventual omissão discriminatória em relação às comunidades populares.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.642/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Gerência-Geral de Meio Ambiente e Políticas Sociais da empresa MRS Logística S.A. pedido de informações sobre os laudos geológicos que subsidiaram as decisões da empresa sobre as áreas de ocupação e moradia nos Bairros Vila Morada da Serra e Jardim Ibirité, no Município de Ibirité; os valores praticados nas indenizações ou nas negociações promovidas junto aos 40 proprietários removidos dos Bairros Jardim Ibirité e Vila Morada da Serra, esclarecendo-se se esses valores foram calculados com base na planta dos imóveis e se houve estudo técnico que embasasse esses valores; e as autorizações formais para a realização de desocupação, desmobilização e demolição dos imóveis e os documentos em que a empresa se baseou para fazer a retirada dos moradores nesse município.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.646/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ibirité pedido de informações sobre as famílias com demandas por moradia, cadastradas no município, que estão recebendo benefício de bolsa-aluguel e que estão em moradia vulnerável ou de alto risco.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.650/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao ministro das Cidades e ao presidente da Caixa Econômica Federal – CEF – pedido de informações sobre o programa Minha Casa, Minha Vida relativamente ao Município de Ibirité, consubstanciadas em documento contendo informações detalhadas sobre as unidades habitacionais que podem ser destinadas de imediato a Ibirité, para cada uma das modalidades do programa Minha Casa, Minha Vida, levando-se em conta os critérios oficiais do programa; o déficit habitacional urbano reconhecido oficialmente para o Município de Ibirité; o número de famílias cadastradas nos sistemas federais (Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico –, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – Snhis – etc.) em situação de risco – áreas insalubres ou em situação de rua – que atendem aos requisitos da faixa 1; a apresentação de contrapartidas pelo município em forma de terreno público, infraestrutura urbana ou aporte financeiro para fins de habilitação no Minha Casa, Minha Vida Cidades, caso tenha ocorrido, quais são essas contrapartidas

e em que etapas se encontram; os terrenos previamente cadastrados por esse município no sistema federal de oferta de terrenos para o Minha Casa, Minha Vida; a participação do município em editais vigentes e as propostas habilitadas; o número de unidades que estariam, no caso de Ibitaré, reservadas a cotas de idosos, pessoas com deficiência e população em situação de rua, conforme as diretrizes do programa; o tratamento dado à população realocada por força de eventos climáticos extremos, se há alguma prioridade; a previsão de publicação de novas chamadas públicas em 2025 para a seleção de empreendimentos no município; e o número de unidades previstas ou que podem ser destinadas ao município por meio de projetos apresentados por cooperativas ou associações sem fins lucrativos com atuação em Ibitaré.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.651/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibitaré pedido de providências para a regularização do pagamento do aluguel social à Sra. Rosana Xavier de Lima, residente no Bairro Jardim Ibitaré, no referido município.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.652/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Prefeitura Municipal de Ibitaré pedido de providências para retirada imediata dos moradores ocupantes de áreas de risco e para revisão dos valores do aluguel social, em no mínimo 100%, diante de recomendação técnica para desocupação dessas áreas.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.

REQUERIMENTO Nº 11.655/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Ulysses Gomes e Rodrigo Lopes aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. – EPR Sul de Minas – em Pouso Alegre pedido de providências para instalação de redutores de velocidade na BR-459, na área urbana de Congonhal.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2025.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 11.678/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a pavimentação, sinalização e manutenção da Rodovia AMG-1765, no trecho que liga o Distrito de Vermelho Velho, no Município de Raul Soares, ao Município de Vermelho Novo, uma vez que as más condições da rodovia colocam em risco os usuários.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2025.

Arnaldo Silva (União), presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

REQUERIMENTO Nº 12.018/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Leninha e Andréia de Jesus aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que, por meio do Programa Estadual de Dignidade Menstrual, garanta o acesso a absorventes ou itens similares de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social das áreas rurais do Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 3 de junho de 2025.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 12.019/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Leninha e Andréia de Jesus aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que, por meio do Programa Estadual de Dignidade Menstrual, promova incentivos a microempresas, microempreendedores individuais, cooperativas e unidades prisionais para a fabricação de absorventes e itens similares de higiene, neste e no próximo ano.

Sala das Reuniões, 3 de junho de 2025.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 12.025/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja colocada sinalização adequada nos trechos da obra de recapeamento da Rodovia MG-424, especialmente entre os Municípios

de Capim Branco e Pedro Leopoldo, salientando-se que as condições instáveis de trafegabilidade da pista têm levado ao aumento do número de acidentes nesses trechos, com interações que sobrecarregam o sistema de saúde pública dos municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte-RMBH.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Justificação: Pedido de providência em razão do alarmante número de acidentes ocorridos na MG-424 desde o início das obras de recapeamento, devido a falta de sinalização adequada indicando as condições instáveis de trafegabilidade da pista.

REQUERIMENTO Nº 12.026/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de obras de manutenção da Rodovia MG-211, incluindo a capina da margem, entre o Município de Novo Cruzeiro e o entroncamento com a BR-116, no Município de Catuji, pois a situação precária dessa rodovia, com baixa visibilidade, vem provocando graves acidentes.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.027/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada manutenção asfáltica na Rodovia AMG-3010, em Argirita, tendo em vista a existência de grandes buracos nessa rodovia, que colocam em xeque a segurança de seus usuários.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.028/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Vale S.A. em Belo Horizonte, à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao Ministério dos Transportes pedido de providências para a implantação de vagão-bike, vagão especial para transporte de bicicletas montadas, no trem de passageiros da estrada de ferro Vitória-Minas, conforme discutido com a ANTT quando da renovação da concessão.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.029/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e à diretoria da Vale S.A. em Belo Horizonte pedido de informações sobre o cronograma de ampliação de horários do trem de passageiros na estrada de ferro Vitória-Minas, conforme discutido com a ANTT quando da renovação da concessão.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.030/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre a destinação dos recursos, estimados em R\$8.000.000,00, advindos da redução de padrão técnico de intervenções de segurança viária e redução de conflito urbano em municípios do Estado, conforme publicação do Ementário ANTT de 19/5/2025, e devidos ao Estado pelos termos contratuais da renovação antecipada da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.031/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre as contrapartidas, no Estado, da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que estejam vencidas, concluídas com ressalvas ou com notificação de conclusão com atraso, citando os motivos, individualmente, que justifiquem esses *status* de execução.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.032/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Vale S.A. pedido de informações sobre as contrapartidas, no Estado, da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas que estejam vencidas, concluídas com ressalvas ou com notificação de conclusão com atraso, especificando-se os motivos que justifiquem o *status* de execução de cada uma delas.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.033/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações consubstanciadas na relação das obras com os valores das contrapartidas das renovações antecipadas das concessões da malha ferroviária da MRS Logística S.A. e da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM –, no Estado.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.034/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 3/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – e à Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – Sumob – pedido de providências para que seja incluída, no âmbito das obras e reformas do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, em decorrência de seu processo de municipalização, a implantação de faixas preferenciais para motociclistas, com demarcação horizontal, indicações verticais e dispositivos de sinalização adequados, observando os parâmetros técnicos definidos pelo Sistema Nacional de Trânsito e órgãos competentes; sejam realizados estudos técnicos de viabilidade, impacto e segurança para a definição dos trechos mais adequados à implantação dessas faixas; e sejam promovidas campanhas educativas e de orientação à população sobre o seu uso correto dessas vias, com o objetivo de garantir a convivência harmônica entre todos os modais de transporte.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Thiago Cota (PDT), presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

REQUERIMENTO Nº 12.037/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam executadas ações de pós-resgate, especialmente no âmbito da assistência social e do acesso à saúde, destinadas aos oito trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão durante operação realizada em maio de 2025 pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria no Município de São Gonçalo do Rio Preto.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 12.040/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o restabelecimento do fornecimento de combustível às forças de segurança pública do Estado, uma vez que a ordem de corte impossibilita a garantia da segurança da população, a prevenção e a repressão ao crime e a manutenção da ordem pública.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2025.

Sargento Rodrigues (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Inúmeras são as denúncias encaminhadas a esta Comissão em relação a determinação de corte da verba destinada ao combustível das viaturas. Informam que para viaturas que têm compartimento para preso, está liberado até cinco abastecimentos por mês. Para viaturas descaracterizadas, apenas quatro mensais. Além disso, um comunicado interno determina que as viaturas flex só podem ser abastecidas com álcool e em postos credenciados pelo governo, o que dificulta ainda mais o exercício da função, pois nem sempre há um posto conveniado próximo ao local das diligências. Desta forma, conto com o apoio dos pares para a aprovação desse requerimento.

REQUERIMENTO Nº 12.049/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Bim da Ambulância aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo – Caoma – e à Promotoria de Justiça da Comarca de Prudente de Moraes pedido de providências para que adotem as medidas administrativas e judiciais cabíveis quanto ao licenciamento ambiental do projeto Mina Limeira, de propriedade da empresa Sandra Mineração Ltda., diante das irregularidades apontadas pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – no Ofício FEAM/GAB nº 43/2025.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 12.050/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado e das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, tão logo seja sancionada a lei decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 1.841/2023, que alterou a denominação da APA Parque Fernão Dias para APA Parque Cataguás, sejam substituídas as sinalizações que contêm a nomenclatura da unidade de conservação, bem como as referências ao local existentes em meio digital.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 12.052/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para garantirem a participação social nos processos de licenciamento ambiental referentes ao empreendimento Ampliação das Cavas Conceição e Minas do Meio, ao descomissionamento das barragens do Sistema Pontal e à renovação da licença de operação do Complexo de Itabira, da empresa Vale S.A., haja vista que os prazos de requerimento de realização de audiência pública foram encerrados sem o devido conhecimento por parte da população e da Prefeitura Municipal de Itabira, diante da ausência de ampla divulgação pública sobre procedimentos e prazos de requerimento.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/5/2025, que teve por finalidade debater os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, em Itabira.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 12.053/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que, por meio da auditoria técnica da Aecom do Brasil, sejam realizados estudos sobre a qualidade do ar e a poluição sonora no Município de Itabira, em especial com relação aos poluentes atmosféricos e aos ruídos produzidos pelas atividades minerárias da empresa Vale S.A.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/5/2025, que teve por finalidade debater os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, em Itabira.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 12.054/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Itabira e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja incluída a empresa Aecom do Brasil na composição do comitê formado para tratar dos assuntos relacionados ao sistema minerário da Vale S.A. no município.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/5/2025, que teve por finalidade debater os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, em Itabira.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 12.057/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Bella Gonçalves aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA – pedido de providências para a manutenção do processo de demarcação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Córregos Tamanduá, Poções e Peixe Bravo, de acordo com o Processo Administrativo Icmbio nº 02070003562/2009-53, de forma a fortalecer as iniciativas de produção, gestão, conhecimento e as capacitações em comunidades rurais que compõem a área prevista para a criação da reserva, no Município de Riacho dos Machados.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 12.058/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 4/6/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja considerada, em novos licenciamentos ou expansões de empreendimentos minerários da empresa Vale S.A., a implementação de ações direcionadas à saúde física e mental da comunidade do entorno onde está ou será instalado o empreendimento.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 17ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/5/2025, que teve por finalidade debater os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, em Itabira.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/6/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando André Luís Macedo da Cruz, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Alê Portela;

exonerando Dhiego de Andrade Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputada Nayara Rocha;

exonerando Edilson Fabiano Costa, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

exonerando Marina Cardoso Duarte Ferreira, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Alê Portela;

exonerando Taina Cecile Nascimento dos Santos, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;

nomeando Cesar Augusto Cunha Dias, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no 3ª-Secretaria;

nomeando Sandovaldo Gonçalves de Aaújo Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputada Nayara Rocha;

nomeando Vitor Cordeiro Marques, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 083/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 8/7/2025, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição das licenças de *softwares*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 26/2025

Número no Siad: 9470101

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vitha Service – Empresa de Administração e Terceirização de Serviços Ltda. Objeto: contratação de serviços de condução de veículos automotores e de mecânica automotiva, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Vigência: 12 meses contados a partir de 1º/7/2025, prorrogáveis nos termos da lei, condicionada sua eficácia à publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Licitação: pregão eletrônico. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 28/2025

Número no Siad: 9470205

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Fluxo Montagem e Manutenção Elétrica Ltda. Objeto: instalação de bacias de contenção na base dos transformadores da subestação do Edifício Tiradentes. Vigência: um ano contado a partir da data de publicação no *Portal Nacional de Contratações Públicas* – PNCP –, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Licitação: dispensável, conforme o art. 75, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3390.10.1.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 7/2025

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: União Brasileira de Educação Católica – Ubec –, mantenedora do Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais – Unileste. Objeto: cooperação na realização de estágios, com vistas a propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem de estudantes de nível superior. Vigência: cinco anos a partir da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 22/2025**Número no Siad: 9276489-19**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Contratada: Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. Objeto: prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da ALMG. Objeto do aditamento: retificação do Aditamento nº 143/2024. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos de 3/2 a 5/5/2025, inclusive.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 60/2025

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Andradas. Objeto: cessão da servidora pública municipal Rute Fernandes Fonseca para exercício de cargo em comissão na primeira convenente. Objeto do aditamento: prorrogação da cessão. Vigência: de 1º/1/2025 a 31/12/2025, inclusive.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 64/2025**Número no Siad: 9430461-1**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda – EPP. Objeto: prestação de serviços de agenciamento de viagens. Objeto do aditamento: ampliação quantitativa do objeto em 25% do valor inicial contratado. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – até 2/9/2025. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 66/2025**Número no Siad: 9285510-4**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Contratada: CCA Automação Predial Ltda – ME. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de incêndio da ALMG. Objeto do aditamento: quarta prorrogação do Contrato nº 44/2021, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 15/7/2025 a 14/7/2026. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 68/2025**Número no Siad: 9280288-10**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico. Objeto do contrato: prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, por meio de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial. Objeto do aditamento: sétima prorrogação, com reajuste de preços para reequilíbrio econômico-financeiro, em substituição ao reajuste previsto na cláusula 3. Vigência: 2/6/2025 a 31/5/2026, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 3.331/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/2/2025, na pág. 18, acrescente-se, antes do despacho, o seguinte:

“– Os documentos que acompanham o projeto de lei podem ser acessados por meio do *link* a seguir:
<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/347/644/2347644.pdf>”.